



4001 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT11 - Política da Educação Superior

A PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

Marcília Maria Soares Barbosa Macedo - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Lia Machado Fiuza Fialho - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

RESUMO

Este estudo aborda o trabalho docente e as práticas inclusivas no Ensino Superior por meio de uma política, denominada Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Recorre a dados de investigação, que focaliza a perspectiva de alunos com deficiência. Dentre os achados, trazemos os que revelam a proeminência da prática docente no processo de inclusão no contexto educacional.

Palavras-chave: educação superior, estudantes com deficiência, práticas inclusivas.

INTRODUÇÃO

A expansão da Educação Superior no Brasil apresenta questões específicas para as instituições e para os docentes relativas ao processo de inclusão dos discentes com deficiência. Tais desafios perpassam desde as necessidades de mudanças no âmbito arquitetônico até o fazer docente revelado no processo de ensino e aprendizagem.

O Napne situa-se nesse contexto com o objetivo de articular ações na instituição que garantam a inclusão das pessoas com deficiência de maneira que a sua vida acadêmica transcorra livre de toda e qualquer barreira. De modo que estas possibilitem reflexões e práticas que alcancem o âmbito individual, político e social dos partícipes. E ainda, que as especificidades no âmbito pedagógico e intelectual de cada sujeito sejam valorizadas.

O Decreto 5.296/04 que regulamenta e apresenta as devidas orientações para o desenvolvimento destas ações prevê o Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, que resulta da parceria entre a Secretaria de Educação Superior (Sesu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) que aponta a implantação de Núcleos de Acessibilidade nas instituições federais (Napne).

Desse modo, a inclusão tem conquistado espaço neste nível de ensino com a consolidação de políticas públicas. Estas, por sua vez, se efetivam ou por força de lei ou através dos movimentos organizados pelas pessoas com deficiência e/ou seus familiares, alavancando os estudos e pesquisas nessa área.

Os escritos ora apresentados, explicitam resultados de uma pesquisa de Mestrado (2016) que abordou a seguinte problemática: como os jovens com deficiência, matriculados no ensino superior percebem a inclusão mediada pelo Napne? A partir desta questão de partida, o objetivo foi perceber a inclusão no Ensino Superior, mediante a atuação da política Napne, na perspectiva dos jovens com deficiência, matriculados em um curso de licenciatura.

Os resultados expressos referem-se ao trabalho docente e as práticas inclusivas realizadas por estes no processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência. Percebe-se que, sendo o professor capaz de envolver-se com o estudante a ponto de (re)conhecer as especificidades necessárias à consolidação do aprendizado, pensar em mecanismos para desencadear processos de desenvolvimento profissional docente se constitui um fator fundamental.

Segundo Marcelo (2009, p. 8) "[...] para se continuar a dar uma resposta adequada ao direito de aprender dos alunos, teremos de fazer um esforço redobrado para continuar a aprender". Na atualidade, um dos grandes desafios de ser docente e desempenhar as suas atribuições específicas, referem-se à imbricação do **ser** e do **fazer** evidenciados em uma constante necessidade de aprendizado e/ou de formação contínua.

POLÍTICA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: NAPNE

Buscamos o aporte teórico, dentre outros, em Cunha (1998), Mantoan (2006) e Sasaki (2010), por compreendermos que a inclusão consiste no envolvimento e compromisso de todos em adequar os espaços e os serviços, de maneira que as necessidades e especificidades de cada indivíduo sejam respeitadas e atendidas sem comprometer o desenvolvimento da coletividade e muito menos correremos o risco de descaracterizar a individualidade dos sujeitos.

Segundo Mantoan (2006), a definição do sujeito está nas suas peculiaridades, sejam elas ligadas a sexo, a etnia, origens ou crenças e não na universalidade da espécie. Tratar as pessoas de maneira diferente enfatizando as suas diferenças, como também, tratar de forma igualitária ignorando as suas particularidades, é correr o risco de promover a exclusão.

Por isso, o desenvolvimento de políticas públicas de ensino que favoreçam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no Ensino Superior, é extremamente necessário. A Constituição Federal, 1988, assegura isso no seu Art. 205, quando versa que,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir da execução destas políticas, a dinâmica formativa destes sujeitos será validada de maneira mais justa e igualitária, denotando ativamente a sua participação na sociedade. Contribuindo assim, como resistência a toda e qualquer forma de exclusão a partir

da aceitação das diferenças, da eliminação das desigualdades, dando ênfase ao respeito.

No próximo tópico, abordaremos a metodologia adotada neste estudo que teve como foco a execução de uma política de inclusão em instituição de ensino superior.

ESTUDO DE CASO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA

Os dados em foco nesse escrito decorrem, como assinalado, de pesquisa recém- concluída, realizada em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Uma investigação do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa e que adotou entrevistas semiestruturadas como procedimento para a produção de dados.

No que se refere aos participantes da pesquisa foram identificados a partir do Censo 2014, quinze alunos que se enquadraram no perfil de sujeitos da pesquisa. Estes dados são resultantes da informação repassada todo ano ao Inep, por meio da importação dos dados do Sistema Acadêmico: Ferramenta utilizada pela instituição pesquisada para registro de dados de matrícula e rendimento acadêmico.

PERSPECTIVA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA SOBRE O TRABALHO DOCENTE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Dentre os aspectos identificados nas análises deu-se ênfase neste escrito aos processos de ensino e aprendizagem evidenciados no trabalho docente na perspectiva dos estudantes com deficiência.

Para apresentarmos estes dados, revelamos um breve panorama da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior, no Brasil, coletados no momento em que fora realizada a pesquisa.

Segundo o Censo do IBGE (2010), o número de pessoas com deficiência é de 45.606.048, isto equivale a 23,9% da população brasileira. Deste número 17,67% encontra-se com o nível superior incompleto e apenas 6,66% possuem nível superior completo. Em 2014, a matrícula geral nos cursos de graduação nas universidades públicas, registrou 1.961.002 alunos. Enquanto que a matrícula dos estudantes com deficiência registrou apenas 33.377 estudantes.

A partir destes dados podemos perceber que ainda há um distanciamento muito significativo entre a formação básica e o Ensino Superior. Embora as políticas de inclusão no ensino superior e de educação inclusiva tenham favorecido vários subsídios de acessibilidade e de acompanhamento no processo de formação destes estudantes. Mas ainda anuncia-se de maneira ineficiente, isso porque o desejo de cursar uma graduação é uma realidade que faz parte do cotidiano dos jovens que possuem alguma deficiência e que travam grandes desafios para frequentar uma instituição de ensino.

Segundo relatos de uma participante da pesquisa o desejo de entrar na universidade prevalecia e já tinha realizado várias tentativas até obter êxito ao ingressar em um curso de licenciatura. Embora tenha enfrentado algumas dificuldades já no processo seletivo, tendo em vista o fato de ter feito a indicação de pessoa com deficiência e a necessidade de acessibilidade no ato da inscrição, mas sua solicitação não foi considerada. Informou ainda, que a equipe de aplicação de provas tentou dar o suporte necessário, restringindo-se ao improvisado.

O que ratifica a assertiva de Mantoan (2006, p. 16) que, "Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, resumidamente, às situações discriminatórias". Diz respeito a realizar os processos de maneira planejada, articulando a devida adaptação a partir das necessidades específicas provenientes das deficiências dos sujeitos.

Dados coletados nas entrevistas trazem à tona algumas facetas do trabalho docente. Revelando ora, aspectos positivos, ora aspectos negativos, como por exemplo, o destaque que os participantes fazem acerca do bom relacionamento com todos os professores, embora apontem também que este aspecto não é suficiente, porque, em determinados momentos, estes mesmos docentes, não conseguem realizar adaptações pedagógicas que garantam o direito de aprender dos estudantes com deficiência.

Apresenta críticas à metodologia utilizada por alguns docentes por ser inadequada à sua limitação e contemplar apenas os demais estudantes da turma. Mas que mesmo assim, assegura aprender o conteúdo mesmo não tendo uma boa relação com o professor.

Há também momentos em que os relatos evidenciam elogios a alguns professores mencionados como **magníficos** por passar o conteúdo de maneira que o aluno consegue aprender, utilizando-se de vários métodos que eles criaram (professor, aluno e colegas de turma) ao longo do tempo de convivência. E revela ainda que em determinada avaliação, conseguiu fazer a prova como **qualquer outra pessoa** que estava ali na sala.

Pudemos observar que o participante evidencia nas falas o quanto se faz necessário um envolvimento maior do professor com o aluno para que a definição das estratégias seja a mais adequada para determinadas atividades. E ainda, o quanto a metodologia utilizada contribui (ou não) para a consolidação da aprendizagem.

Situações estas que trazem no seu cerne, o desenvolvimento profissional do professor, onde a identidade profissional deste vai sendo construída ao longo da sua carreira, a partir da sua prática, de como este se define, de suas experiências, de como define e se relaciona com o outro.

Segundo Marcelo (2009, p. 7),

Deve entender-se o desenvolvimento profissional dos professores enquadrando-o na procura da identidade profissional, na forma como os professores se definem a si mesmos e aos outros. É uma construção do eu profissional, que evolui ao longo das suas carreiras. Que pode ser influenciado pela escola, pelas reformas e contextos políticos, e que integra o compromisso pessoal, a disponibilidade para aprender a ensinar, as crenças, os valores, o conhecimento sobre as matérias que ensinam e como as ensinam, as experiências passadas, assim como a própria vulnerabilidade profissional.

Assim, a identidade profissional se constrói no transcorrer do cotidiano da escola e que as relações instituídas entre pares e discentes são contundentes na consolidação desse processo inclusivo.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa revelaram que as dificuldades que os discentes sentem durante o processo de ensino e aprendizagem são referentes ao trabalho profissional docente. No entanto, os sucessos revelados por estes no que se refere à participação de atividades em sala de aula e a aprendizagem são atribuídos a práticas realizadas no desenvolvimento da atuação docente, que realizam de maneira aleatória, correndo o risco de ter o trabalho profissional comprometido.

Diante disso, percebemos que a instituição necessita promover momentos de interação, com uma ambiência formativa para que o professor no seu processo de desenvolvimento profissional possa ter segurança ao realizar as devidas adaptações nas atividades com o foco no ensino-aprendizagem.

Segundo Marcelo (2009, p.10) "O desenvolvimento profissional dos professores vai para além de uma etapa meramente informativa;

implica adaptação à mudança com o fim de modificar as atividades de ensino?aprendizagem”.

Diante disso, os dados revelaram a ineficiência da política enquanto promotora de acessibilidade na instituição como propõe a sua regulamentação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a política de integração da pessoa portadora de deficiência**. Brasília, 1989. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>Acesso em: 18 ago. 2016.

CUNHA, L. A. **A Universidade reformada**. Rio de Janeiro: Vozes 1988.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro**. Revista de Ciências da Educação, n.8, jan./abr., p. 7-22, 2009, Disponível em: Acesso: 20 agosto 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Sumus, 2006.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.